



5. AMÉRICA LATINA: LIMITES DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

GT - 01

Bruno Fuser*

Resumo

Ter acesso às tecnologias da informação e da comunicação é algo imprescindível para o enriquecimento cultural, desenvolvimento econômico, igualdade social, melhoria da educação. No entanto, apenas 13% dos habitantes de países em desenvolvimento possuem acesso à internet, e na América Latina e Caribe esse índice é de 23%. O contraste com os países ricos é evidente: nos Estados Unidos e Europa 67% das pessoas têm esse direito. Dentro de cada país a situação também é de extrema desigualdade: no Brasil, 89% das pessoas de classe A acessam a internet, mas 61% dos brasileiros jamais entraram na rede, e esse percentual sobe a 87% quando se trata das classes D e E. No mundo todo, de cada cinco pessoas apenas uma acessa a rede mundial de comunicação. Segundo a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, ao invés de diminuir, *as brechas digitais entre países ricos e países em desenvolvimento têm aumentado nos últimos anos.*

Palavras-chave: Globalização; América Latina; políticas culturais; novas tecnologias da comunicação; cidadania cultural

Resumen

Tener acceso a las tecnologías de información y comunicación es algo imprescindible desde el punto de vista de la riqueza cultural, desarrollo económico, igualdad social y educación de calidad. Sin embargo, tan solo un 13 por ciento de los habitantes de países en desarrollo tienen acceso a la Internet. En América Latina y Caribe dicho indicador es el 23 por ciento. El contraste con los países ricos es evidente: en Estados Unidos y Europa uno 67 por ciento de los habitantes tienen el derecho de acceso. En el interior de cada país la situación es también de grande desigualdad: en Brasil, 89% de la clase A utilizan Internet, pero el 61 por ciento de los brasileños jamás han navegado por la red. Ese porcentual alcanza un 87% cuando se trata de las clases D y E. En todo el mundo, no más que una entre cinco personas tiene acceso la red mundial de comunicación. Segundo CEPAL – Comisión Económica para América Latina y Caribe, no disminuyen, al revés, *las brechas digitales entre países ricos y pobres han aumentado en los últimos años.*

Palabras clave: Globalización; América Latina; políticas culturales; nuevas tecnologías de comunicación; ciudadanía cultural

* Possui graduação em Jornalismo pela ECA/USP, mestrado e doutorado em Ciências da Comunicação na mesma instituição. Realizou pós-doutorado em 2005 na Universidade Autônoma de Barcelona, com bolsa PDE do CNPq. Foi vinculado de 1988 a 2006 à PUC-Campinas, e atualmente é professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde atua na graduação em Jornalismo e na linha Comunicação e Identidades do mestrado em Comunicação e Sociedade. E-mail: bruno.fuser@uff.edu.br.



América Latina, Globalização e Cultura

A exclusão da sociedade civil

As profundas diferenças no acesso à internet em todo o mundo são um exemplo do que se chama de brecha, cisão, exclusão ou desigualdade digital. Tais expressões, que inicialmente indicavam a distância entre os países ricos e os demais no acesso às tecnologias da informação e da comunicação, logo se estenderam às diferenças existentes entre distintos segmentos da população, em função de renda, grau de instrução, etnia, gênero, idade, profissão. Hoje o conceito se amplia: não se trata apenas de ter acesso às tecnologias, mas também da *qualidade* desse acesso: um número cada vez maior de usos exige velocidade de banda larga e computadores inacessíveis à maioria da população dos países em desenvolvimento.

A relação entre tecnologias digitais e desenvolvimento foi um dos pontos centrais da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI), que se realizou em duas fases, a primeira, em 2003, em Genebra, e a segunda, em 2005, em Túnis. Entre os princípios da CMSI está a defesa de uma sociedade da informação “centrada na pessoa, integradora e voltada para o desenvolvimento”, o reconhecimento de que a comunicação “é um processo social fundamental, uma necessidade humana básica e o fundamento de toda organização social”, o entendimento de que as tecnologias da comunicação e

informação “devem ser consideradas um meio, e não um fim em si mesmas” e o compromisso de “transformar a brecha digital em uma oportunidade digital para todos, especialmente aqueles que correm perigo de ficar excluídos e ainda mais marginalizados”.

Diversos objetivos foram ali definidos, a serem alcançados até 2015, em consonância com a Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas: criar pontos de acesso comunitário, conectar centros de pesquisa e universidades, garantir que mais da metade da população do mundo tenha acesso à internet, estimular a produção de conteúdo, implantar condições técnicas que facilitem a presença e utilização de todos os idiomas na rede. Para atingir essas e muitas outras metas são realizadas conferências regionais – em 2007, na África; em 2009, na Comunidade dos Estados Independentes; nos próximos anos será a vez das Américas, da Ásia e Pacífico e dos países árabes.

Apesar da importância, a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação *fracassou em questões essenciais*, ao negar as reivindicações de representantes da sociedade civil nos temas mais polêmicos: os países ricos se recusaram a assumir qualquer compromisso financeiro para manutenção de um fundo de solidariedade digital; os Estados presentes também se negaram a tomar qualquer medida





América Latina, Globalização e Cultura

para impedir a falta de privacidade e o controle que alguns países exercem no acesso à internet; finalmente, também foi rechaçada a criação de uma governança multilateral na rede, transparente e democrática, retirando esse poder dos Estados Unidos.

Outras iniciativas importantes no campo das tecnologias da informação e da comunicação relacionadas mais de perto aos países em desenvolvimento têm sido levadas a cabo pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. Este órgão das Nações Unidas, em estudo divulgado em 2009, denuncia que, ao invés de diminuir, *as brechas digitais entre países ricos e países em desenvolvimento têm aumentado nos últimos anos*. O trabalho buscou não apenas verificar quantas pessoas acessam as tecnologias digitais, mas em *quais condições* se dá essa apropriação, e mostra como a diferença de velocidade de acesso e de capacidade de armazenamento de dados tem aumentado entre países pobres e ricos. “Esta brecha tende a continuar crescendo, sem que se vislumbre uma mudança”, destaca o relatório da CEPAL.

O próprio *conceito de banda larga* é diferente entre países ricos e pobres – e esse conceito é a base para pesquisas que servem de referência a políticas públicas. Na América Latina e Caribe se considera que o acesso a 256 Kbps é banda larga, enquanto nos países desenvolvidos o

nível é bem maior, de 1 Mbps ou mais. A PNAD 2008 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios relativa ao acesso à internet, realizada pelo IBGE, a ser abordada mais à frente, não define uma velocidade mínima para banda larga, apenas destaca que se trata de “mais velocidade que a normalmente usada em linha discada”.

Possibilidades e limites na apropriação digital

As diferentes perspectivas de apropriação das tecnologias digitais marcam, portanto, a discussão sobre o tema. Os representantes da sociedade civil, na Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, deixaram claro: é preciso, numa perspectiva de *avanço da cidadania e da democratização*, “reconhecer que o conhecimento é um legado de toda a humanidade, rechaçar a privatização e o uso comercial do conhecimento e promover o *empowerment* de todos, principalmente das mulheres e dos marginalizados, com vistas a sua participação em questões de ordem pública” (LIMA E SELAIMEN, 2004, pp. 6-7).

O empoderamento dos cidadãos através das tecnologias digitais é discutido por Rousiley Maia. É equivocado, diz a pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais, ater-se à questão do acesso individualizado quando se trata de discutir as possibilidades de amplia-





América Latina, Globalização e Cultura

ção do exercício da cidadania através da internet. É preciso um sistema de mídia diversificado, plural, em que a tomada de decisão se dê de maneira racionalizada e os vários pontos de vista sejam levados em conta na deliberação política. “*Debate* é mais que uma mera pluralidade de vozes, requer um entendimento partilhado sobre uma matéria comum, os parceiros da interlocução devem expressar o que eles têm em mente, devem ouvir o que os outros têm a dizer e responder às questões e objeções, isso demanda por sua vez uma atitude de respeito mútuo”, argumenta a pesquisadora (MAIA, 2002, p. 55).

As diferentes formas de inclusão relacionadas às tecnologias digitais são apresentadas de maneira detalhada pelas pesquisadoras da Universidade de São Paulo Sueli Mara Ferreira e Elisabeth Dudziak (2004). Haveria três níveis de apropriação de tais tecnologias: as inclusões *digital, informacional e social*. A primeira é essencialmente técnica, a ênfase está no acesso, o usuário é passivo, utiliza apenas as habilidades básicas dos computadores. Na inclusão informacional são enfatizados os processos cognitivos, a incorporação da noção de processo, a capacidade de criação de novos modelos mentais e a produção de conhecimento. O usuário é um conhecedor de processos, e se daria assim mais um passo para a inclusão social. Esta, finalmente, ocorreria em um terceiro nível, cuja ênfase é

a construção da cidadania. As pessoas não seriam usuárias, e sim sujeitos, *atores sociais coletivos*, que alcançam uma identidade pessoal a partir de sua ação como transformadores sociais. Essa inclusão será chamada neste texto de social ou sociodigital.

As experiências para superação das brechas digitais, no entanto, quase sempre se restringem ao primeiro momento, o de apropriação estritamente técnica e do domínio básico do computador. Podemos notar isso através da análise dos dados trazidos pela pesquisa sobre acesso à internet e posse de telefone celular PNAD 2008 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE e divulgada em dezembro de 2009: entre os anos de 2005 e 2008, no Brasil, *a utilização da internet para fins de educação e aprendizado caiu* de 71,7% para 65,9%. Outra queda significativa foi a interação com autoridades públicas ou órgãos de governo através da rede, que passou de 27,4% para 15,2%. Nesses três mesmos anos cresceram os usos para comunicação com outras pessoas (tipo msn), de 68,6% para 83,2%, e para atividades de lazer, de 54,3% para 68,6%.

Se considerados os três meses anteriores à pesquisa, *65,4% da população brasileira* com dez anos ou mais de idade não utilizaram a internet, ou seja, cerca de 104 milhões de pessoas. Os principais motivos: não achavam necessário ou não





América Latina, Globalização e Cultura

queriam (32,8%); não sabiam utilizar a internet (31,6%); não tinham acesso a computador (30%). Essas são também as principais razões apresentadas pelos *estudantes* que não acessam a internet: o maior motivo, neste caso, é não ter acesso ao equipamento (46,9%), mas há ainda 25,3% que não sabiam utilizar a internet e 20,2% que *não achavam necessário ou não queriam*.

Parece ainda pequena a contribuição dos telecentros e demais pontos públicos gratuitos no sentido de ampliação do acesso às tecnologias da informação e da comunicação. O mesmo ocorre com o ambiente escolar como alternativa de acesso à internet. Segundo a mesma pesquisa, entre 2005 e 2008 praticamente caiu à metade o percentual de pessoas que utilizam os telecentros públicos gratuitos para entrar na rede (queda de 10% para 5,5%), enquanto nas escolas a diminuição foi de 25,7% para 17,5%. E cresceu bastante o acesso em *lan houses*, de 21,9% para 35,2%, embora o local de maior acesso continue sendo onde as pessoas moram, que passou de 49,9% para 57,1%. O uso nos locais de trabalho caiu de 39,7% para 31%.

Ou seja, as tecnologias da comunicação e da informação parecem estar crescentemente associadas ao lazer e à comunicação interpessoal – daí talvez a falta de interesse, em especial de pessoas mais velhas, em ter acesso à internet.

Cada vez mais o acesso se concentra em âmbito particular, privado, isolado de práticas que possam ser desenvolvidas em espaços públicos de apropriação digital, como telecentros gratuitos e escolas.

Os telecentros como alternativa de inclusão

A pesquisa PNAD/IBGE 2008 informa que os telecentros públicos gratuitos são na maior parte frequentados pelas pessoas com menor grau de instrução. Mas não são aquelas que possuem menor poder aquisitivo: estas vão em sua maioria para as *lan houses*, os centros públicos privados. A média de rendimento familiar mensal dos frequentadores de *lan houses* foi a menor da pesquisa (R\$ 536,00), em comparação, nos telecentros públicos gratuitos, à renda média de R\$ 825,00. Em síntese: os telecentros gratuitos não são utilizados pelas pessoas mais pobres. Dessa forma, percebe-se que os esforços dos inúmeros programas de inclusão digital existentes, quase todos com financiamento do Estado, têm sido insuficientes para garantir o acesso aos segmentos sociais mais excluídos.

Uma das críticas feitas à política de inclusão digital é a sua *extrema fragmentação*: listados no portal www.inclusaodigital.gov.br há exatos 20 programas que pertencem ou recebem apoio do governo federal, desde o ProInfo, voltado para a informatização das escolas da





América Latina, Globalização e Cultura

rede pública, passando pelos pontos de cultura, por espaços voltados ao estímulo para criação de negócios, instalados em associações empresariais, e pelo Gesac, que permite via satélite a conexão à internet de telecentros, escolas e outras instituições.

Um desses programas é o ONID - Observatório Nacional de Inclusão Digital, que atua na coleta, sistematização e disponibilização de informações sobre as ações de inclusão digital no Brasil. Há cadastrados no ONID 5.450 telecentros públicos gratuitos. Mas que uso se faz das tecnologias nesses locais? Através de pesquisa com 573 telecentros se constatou que a principal utilização dos telecentros é a *realização de pesquisas escolares* - esse item constou em 93% das respostas (múltiplas) como algo feito “sempre” pelos usuários, seguido de *e-mail* (91%) e *notícias* (75%). O uso de *sites de relacionamento*, como orkut, e *comunicadores instantâneos*, como msn, como algo feito “sempre” nos telecentros, apareceu em cerca de 72% das respostas.

Vê-se portanto que o telecentro público gratuito pode ser *mais que espaço de lazer e entretenimento*, transformando-se em alternativa de busca de informação com usos plurais, de apoio a atividades de educação, trabalho, participação na administração pública. É importante ressaltar que isso não ocorre através de “uso livre” das máquinas: em 86% dos

telecentros existe alguma proibição de conteúdo. Tais proibições estão majoritariamente (84%) voltadas para “*sites de conteúdo adulto*” e para jogos com violência (66%). *Sites de relacionamento e comunicadores instantâneos* são permitidos, respectivamente, em 81% e 90% dos telecentros.

Um diferencial: a produção de conteúdo

Assim, embora os telecentros gratuitos não consigam ser a opção de acesso à internet para as camadas mais pobres, estariam se constituindo em alternativa a uma população, também empobrecida - aquela com menor grau de instrução -, em uma perspectiva talvez mais crítica do que as *lan houses*. Digo “talvez” porque as metodologias de pesquisa sobre essas questões ainda estão se consolidando, e é prudente evitar qualquer precipitação.

Vejamos a seguinte situação: embora o uso escolar seja mais presente nesses espaços gratuitos pesquisados pelo ONID, outra pesquisa do mesmo Observatório, com 590 telecentros, apontou que em mais da metade deles (51%) não há *absolutamente nenhuma produção de conteúdo*. Em 35% dos telecentros não há sequer interesse em desenvolver projetos nesse sentido.

Ora, a produção de conteúdo é outra característica adotada como in-





América Latina, Globalização e Cultura

dicador e, assim, também como alternativa de ação no combate às brechas digitais. Uma classificação de inclusão, distinta daquela apresentada por Ferreira e Dudziak, é feita pelas professoras Rita Laipelt, Ana Maria Mielniczuk Moura e Sônia Elisa Caregnato (2006), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De maneira simplificada, em um primeiro nível de inclusão estaria o acesso à informação em meio digital, de maneira passiva, e, em um segundo nível, o uso que as pessoas fazem dessa informação, sobretudo a produção de conteúdos.

De qualquer maneira, apesar das limitações nesse sentido dos telecentros gratuitos, seria um equívoco deixar de considerá-los como importantes nas ações de inclusão sociodigital. A ALADI – Associação Latino-Americana de Integração também defende a criação de telecentros públicos e gratuitos como uma das estratégias a serem adotadas pelos governos no combate às brechas digitais (ALADI, 2003). Trata-se, portanto, de investir na ampliação de uma ampla rede de telecentros, estudar mais a fundo as práticas desenvolvidas nesses espaços e elaborar planos de ação específicos, voltados para uma apropriação crítica e criativa das tecnologias digitais. O governo federal assinou recentemente o Decreto nº 6.991, de 27/10/2009, que institui o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR, para implantação e

manutenção de telecentros públicos e comunitários em todo o País. Parte importante do programa são as bolsas de auxílio financeiro a jovens monitores e formação de monitores bolsistas e não-bolsistas para atuar nesses espaços. O decreto, no entanto, obriga a que se destine um *mínimo* de 50% do tempo para uso livre nesses telecentros, o que é possivelmente um estímulo para aquela utilização mais disseminada, apontada pela PNAD/IBGE 2008, ou seja, lazer e comunicação entre pessoas.

A verdade é que há muitas experiências bem-sucedidas, no Brasil e em outros países, em utilizar os telecentros como espaço de apropriação crítica e criativa das tecnologias digitais. Importante para a inclusão sociodigital é que tais atividades se deem na perspectiva do empoderamento do sujeito participante desse processo na obtenção de autonomia e no exercício da cidadania. Várias dessas experiências podem ser consultadas em *The Journal of Community Informatics*.¹

Em outras ocasiões apresentei as possibilidades de os telecentros atuarem nessa perspectiva, tomando como referência as propostas da Fundação ChasquiNet, organização não-governamental equatoriana, e a experiência do projeto Ômia, desenvolvido pelo governo catalão junto a comunidades em risco de exclusão (FUSER, 2006; 2007). Desta-





América Latina, Globalização e Cultura

ca-se nessas práticas a transformação dos telecentros em equipamento de comunicação comunitária.

Conferência de Comunicação: momento de definições e embates

Interferir na gestão pública para tentar garantir a inclusão de segmentos marginalizados na sociedade do conhecimento foi uma das muitas preocupações de integrantes da sociedade civil que participaram da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, evento que se realizou em Brasília de 14 a 17 de dezembro de 2009, e que foi de significativa importância. Ali estiveram em confronto perspectivas conflitantes, que ocorrem também, como vimos, no mundo todo. Afinal, a causa desse embate é o controle de expressiva parcela da produção e da difusão de dados, sons e imagens, exercido por alguns poucos grandes grupos de infotelecomunicações, que ambicionam lucratividade a qualquer preço, em detrimento de identidades, tradições e anseios dos povos, como salienta Dênis de Moraes (2009).

Certos pontos, relacionados mais de perto com as questões discutidas aqui, se destacaram nos debates da Conferência, que se constituiu em referência para as políticas de comunicação no Brasil. Alguns princípios gerais foram aprovados, como o direito à privacidade e proteção dos dados e o entendimento de que o

acesso às tecnologias digitais é um direito humano, condição necessária para o exercício pleno da cidadania.² Outras resoluções aprovadas foram mais específicas, e fizeram, por exemplo, a defesa da ampliação dos telecentros como alternativa para a produção e apropriação crítica e criativa da internet, e não apenas para consumo, além da integração dos diversos equipamentos públicos culturais através de centrais públicas de comunicação.

Um dos aspectos mais importantes aprovados pela Conferência, relacionado à inclusão sociodigital, é a resolução que estabelece o acesso à banda larga como um direito fundamental a ser garantido pelo Estado, e um serviço a ser prestado em regime público. Com isso pode haver a criação de metas de universalização, de qualidade, de tarifas. Mas a Conferência também teve um sentido de derrota para quem esperava que o encontro pudesse avançar em questões estratégicas para a implantação de sistemas democráticos de acesso às tecnologias da informação e da comunicação: os representantes do empresariado derrotaram a proposta de se impor limites à concentração de propriedade na área, com a *desagregação estrutural das redes de telecomunicações*, proibindo-se a um mesmo grupo o controle da infra-estrutura e dos serviços.

Mesmo naquilo que a Conferência trouxe de positivo, durante os próximos meses se travará outro intenso





América Latina, Globalização e Cultura

combate, na tentativa de transformação dessas propostas em políticas públicas de informação e comunicação. No sentido contrário, dois poderosos grupos empresariais, o Sistema Globo e o Estadão, bombardearam intensamente o encontro e as discussões ali travadas. A partir das decisões que vierem a ser tomadas será possível verificar quais caminhos estaremos trilhando em futuro próximo – se na perspectiva de reforço, ou na de superação das brechas digitais.



Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO – ALADI. *La brecha digital y sus repercusiones en los países miembros de la Aladi*. ALADI/SEC/Estudio 157. Rev 1. 30 de julio de 2003. Disponível em: http://www.aladi.org/biblioteca/02_2_4_SerieSECEstudios.html. Acesso: 05/12/09.

BARBOSA, Alexandre F. (coord.). *Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2008*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.cetic.br/publicacoes/index.htm>. Acesso: 01/12/09.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *La sociedad de la información en América*

Latina y el Caribe – Desarrollo de las tecnologías y tecnologías para el desarrollo. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Cepal, 2009. Disponível em: <http://www.eclac.cl/socinfo/publicaciones>. Acesso: 05/12/09.

FERREIRA, Sueli M. S. P.; DUDZIAK, Elizabeth A. *La alfabetización informacional para la ciudadanía en América Latina: el punto de vista del usuario de programas nacionales de información y/o inclusión digital* in: *World Library and Information Congress: 70th*. IFLA General Conference and Council, 2004, Buenos Aires: IFLA, 2004. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla70/papers/157s-Pinto.pdf>. Acesso: 05/12/09.

FUSER, Bruno. *Ômnia: a comunidade social dos telecentros da Catalunha*. Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1612-1.pdf>. Acesso: 05/12/09.

_____. *Inclusão digital: o telecentro como equipamento de comunicação comunitária*. Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0839-1.pdf>. Acesso: 05/12/09.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal 2008*. Rio





América Latina, Globalização e Cultura

de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet2008/internet.pdf>. Acesso: 12/12/09.

LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; MOURA, Ana Maria Mielniczuck de; CAREGNATO, Sônia Elisa. *Inclusão digital: laços entre bibliotecas e telecentros* in: *Informação e Sociedade: estudos*, v. 16, nº1. João Pessoa, 2006, pp. 285-292, 2006. Disponível em <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/456/1507>. Acesso: 05/12/09.

LIMA, Paulo Henrique; SELAIMEN, Graciela Baroni (orgs.). *Cúpula Mundial sobre a Sociedade da informação: um tema para tod@s*. Rio de Janeiro: Rits/Fundação Heirich Boell, 2004. Disponível em: http://www.nupeq.org.br/pub_cupula.htm. Acesso: 05/12/09.

MAIA, R. C. M. *Redes cívicas e internet* in: EISENBERG, José; CEPIK, Marco. (orgs.) *Internet e Política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pp. 141-163.

MORAES, Dênis de. *A batalha da mídia*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

UNIÓN INTERNACIONAL DE TELECOMUNICACIONES – UIT. *Documentos finales*. Cumbre Mundial sobre la Sociedad de Información. Ginebra 2003 – Túnez 2005. Ginebra: UIT, 2005. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/outcome/booklet-es.pdf>. Acesso: 01/12/09.

Notas

¹ Disponível em www.ci-journal.net. Ver em especial a edição sobre Informática Comunitária na América Latina e Caribe, de 2007.

² Para mais informações ver: www.confecom.com.br.

